

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES -- ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Petroleum, Chemicals, Mines and Metals

(Department of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases

Order

CML-(Z-106, 171)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron and Manganese held by Shri Harichandra Saunlo Naique Tari, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Area em hectares
Z-106	26 of 6-4-1951	Oxide of Iron and Manganese	Sadezamotil Rica	83.3000
Z-171	21 of 29-2-1952	Oxide of Iron and Manganese	Vagamollofodaguir etc.	60.6502

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question stand modified as follows:

1. The period of the leases shall be twenty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to the 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Petróleo, Produtos Químicos, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador dos Arrendamentos de Minas

Portaria

CML-(Z-106, 171)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições dos contratos dos arrendamentos das minas de óxido de ferro e manganês em posse do Sr. Harichandra Saunlo Naique Tari, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, sejam modificados como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12.50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25.00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37.50

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de

balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

"except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time".

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 15th May, 1970.

Order

CML-(Z-605)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining lease of Oxide of Iron held by Shri Vincente Fernandes, so as to bring the lease into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case No.	Number and date of title	Mineral	Name of the mine	Area in hectares
Caso n.º	Número e data do título	Mineral	Nome da mina	Área em hectares
Z-605	1 of 6-1-1958	Oxide of Iron	Talichem Moll e outros	100.0000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced

ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25.00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 15 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-605)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento da mina de óxido de ferro, em posse do Sr. Vincente Fernandes, para que o mesmo arrendamento esteja de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foram expedidos avisos ao arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que o refe-

by him, it is hereby ordered that the lease in question, stands modified as follows:—

1. The period of the lease shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards.	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the lease area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deeds. The royalty, the dead rent, surface rent, etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deeds and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 15th May, 1970.

Order

CML-(Z-325, 697)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron held

rido arrendamento em questão, seja modificado como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de 30 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período até completar um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare durante os próximos cinco anos, e à razão, de Rps. 37-50 após este, e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos de privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos de privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme fôr determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

“Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 15 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-325, 697)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições dos contratos dos arrendamentos das minas de óxido de ferro, em

by Shri Jaganata Crisanata Porobo Mambro, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

posse do Sr. Jaganata Crisanata Porobo Mambro, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case no. caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-325	72 of 10-8-1953	Oxide of Iron	Gantcaracho Dongor	62.9900
Z-697	17 of 9-5-1959	Oxide of Iron	Gantcaracho Dongor	50.3000

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question stand modified as follows:

1. The period of the leases shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modifications.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, deverão ser modificados como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de 30 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 15th May, 1970.

Order

CML-(Z-614)/70-G

Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder.

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining lease of Oxide of Iron held by Shri Nilconta Jaganata Coulecar, so as to bring the lease into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

Case no. Caso n.º	Number and date of title Número e data do título	Mineral Mineral	Name of the mine Nome da mina	Area in hectares Área em hectares
Z-614	10 of 3-2-1958	Oxide of Iron.	Sem denominação especial	99.9790

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the lease in question stands modified as follows:

1. The period of the lease shall be thirty years commencing from the 15th January, 1966, in all the cases.

2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:—

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to the 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit of «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations surface rent and

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 15 de Maio de 1970.

Portaria

CML-(Z-614)/70-G

Ao abrigo dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento da mina de óxido de ferro em posse do Sr. Nilconta Jaganata Coulecar, para que o mesmo arrendamento esteja de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» (daqui em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e as razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que o referido arrendamento em questão, seja modificado como a seguir se indica:—

1. O período do arrendamento deverá ser de trinta anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.

2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir:—

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12.50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25.00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37.50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período de um ano e após este, ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectare, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a qualquer minério extraído da área arrendada pelo arrendatário, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração do minério a renda

water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

"except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time".

This order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy each of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Dated 16th May, 1970.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Special Department

Order

SPL/GCS/39/66/Vol. III

On the recommendation of the Government of India in the Ministry of Home Affairs and the Union Public Service Commission, Shri Jose Philip is appointed on probation for a period of two years with effect from the date of joining, to a Grade II post of the Goa, Daman and Diu Civil Service in the scale of pay of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-330-35-900, under Rule 5(a) of the Goa, Daman and Diu Civil Service Rules, 1967, with effect from the date of his joining this Administration.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Deputy Secretary, (Appointments).

Panaji, 9th June, 1970.

Revenue Department

Notification

RD/TNC/12/65

In exercise of the powers conferred by clause (4) of Section 2 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964 (Act No. 7 of 1964), the Government of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint all the Additional Deputy Collectors in the District of Goa to perform the duties of the Collector for the purpose of the said Act, within the jurisdiction of their respective Sub-Division.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardesai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 8th June, 1970.

de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente».

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria, deverá ser junta em todos os respectivos processos.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e uma cópia da mesma deverá ser enviada ao arrendatário e ao Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Datada de 16 de Maio de 1970.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento Especial

Portaria

SPL/GCS/39/66/Vol. III

Sob a recomendação do Ministério do Interior do Governo da Índia e da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. José Filipe, é nomeado, por período probatório de dois anos, a partir da data em que entrar para o lugar de 2.ª classe, do Quadro do Funcionalismo Civil de Goa, Damão e Diu, na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-330-35-900, ao abrigo da norma 5(a) dos «Goa, Daman and Diu Civil Service Rules, 1967», a partir da data em que entrar ao serviço desta Administração.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Secretário adjunto (Nomeações).

Panaji, 9 de Junho de 1970.

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/TNC/12/65

No uso das faculdades conferidas pela cláusula (4) do artigo 2.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964 (Act No. 7 of 1964)» o Governo de Goa, Damão e Diu, nomeia os Collectors adjuntos adicionais, do distrito de Goa, para exercerem as funções de Collector, para os fins do citado Act, dentro da jurisdição da respectiva sub-divisão.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardesai, Subsecretário (Rendimentos).

Panaji, 8 de Junho de 1970.

Planning Department

Notification

F.1-2/68-NIC

Read: 1) Notification No. F-1-2/68-NIC dated 17-9-1969.
2) Notification No. F.1-2/68-NIC dated 27-10-1969.

The National Integration Council at this Union Territory level constituted by Notifications quoted above is hereby expanded further with the addition of the following officials and non-officials members of the Union Territory of Goa, Daman and Diu:

1. Rev. Mons. Francisco X. da Piedade Rebelo, Apostolic Administrator for Goa, Daman and Diu.
2. Shri Leo Velho, M.L.A. Chinchinim.
3. Shri Mustaffa Kaji, Zonal Inspector, Edn. Dept.
4. Shri N. G. Patil, Primary Teacher, Edn. Dept.
5. Shri J. V. Rane, Ex-M.L.A., Sanquelim.
6. Shri George Vaz, Secretary, C. P. M., Assonora.
7. Shri Narain Dessai, C. P. I., Mapusa.
8. Shri Prafull V. Priolkar, Secretary, P. C. C., Panaji.

This comes into effect from the date of issue.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 3rd June, 1970.

Departamento de Planificação

Despacho

F.1-2/68-NIC

Ref.: 1) Despacho n.º F-1-2/68-NIC, de 17 de Setembro de 1969.

2) Despacho n.º F.1-2/68-NIC, de 27 de Outubro de 1969.

O Conselho de Instrução Nacional ao nível deste território da União, constituído pelos despachos acima mencionados, é expandido com a adição dos seguintes membros oficiais e não-oficiais do território da União de Goa, Damão e Diu:

1. Rev. Mons. Francisco X. da Piedade Rebelo, Administrador Apostólico de Goa, Damão e Diu.
2. Sr. Leo Velho, M. L. A., Chinchinim.
3. Sr. Mustaffa Kaji, Inspector Zonal, Serviços de Instrução.
4. Sr. N. G. Patil, professor primário, Serviços de Instrução.
5. Sr. J. V. Rane, ex-M. L. A., Sanquelim.
6. Sr. George Vaz, Secretário, C. P. M., Assonora.
7. Sr. Narain Dessai, C. P. I., Mapusa.
8. Sr. Prafull V. Priolkar, Secretário da P. C. C., Panaji.

O presente despacho entra em vigor a partir da data da sua expedição.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 3 de Junho de 1970.

Food and Civil Supplies Department

Public Works Department

Principal Engineer's Office

Notification

PWD/LA/1258/9/70

Whereas it appears to the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz. Construction of Padi-Gokuldem road.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the Deputy Collector, South Sub-Division Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

3. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division VI, Margao.

4. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the Deputy Collector South, Sub-Division, Margao, for a period of 30 days from the date of publication of this Notification in the Government Gazette.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Serviços das Obras Públicas

Repartição do Engenheiro-Chefe

Despacho

PWD/LA/1258/9/70

Atendendo a que o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») é do parecer que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada Padi-Gokuldém.

O Governo torna público ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector Adjunto da sub-divisão do sul, Margão, para exercer as funções do Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

3. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, os seguintes oficiais para exercerem as funções especificadas no mesmo Act, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O Collector Adjunto da sub-divisão do sul, Margão.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro executivo da Secção de Obras VI, Margão.

4. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão, por período de 30 dias, contado da data da publicação deste aviso no *Boletim Oficial*.

SCHEDULE — QUADRO

Description of the said land — Descrição do aludido terreno

Taluka	Village	Plot No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Area aproximada em m²
1	2	3	4	5
Quepem	Padi	1	Shri Fulari Caeiro, Padi.	720.00
	— do —	2	— do —	660.00
	Goculdem	3	Shri Narayan Durga Velip, Gokuldem.	3810.00
Total				5190.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

J. S. Pinto, Principal Engineer, PWD & Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt.

Panaji, 1st June, 1970.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

J. S. Pinto, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e secretário adicional, ex-officio do Governo.

Panaji, 1 de Junho de 1970.

Notification

PWD/LA/1258/10/70

Whereas by Government Notification No. PWD/LA/1258/43/69 dated 19-6-1969 published on pages 166-167-168 of Series II, No. 14 of the Government Gazette, dated 3-7-1969 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as «the said Act») that the land, specified in the schedule appenddd to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz. for constrution of approach road to Chandor-Cotta bridge.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government») is satisfied that the said land specified in the schedule herto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji to perform the function of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under Section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Land Acquisition Officer, Panaji.

Despacho

PWD/LA/1258/10/70

Atendendo a que por despacho n.º PWD/LA/1258/43/69, de 19 de Junho de 1969, publicado à pgs. 166-167-168 do Boletim Oficial n.º 14, 2.ª série, de 3 de Julho de 1969, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da construção da estrada de acesso para a ponte Chandor-Cotta.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») é do parecer que é necessário adquirir o terreno descrito no quadro anexo para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo também nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer» em Panaji.

SCHEDULE — QUADRO

(Description of the said land — Descrição do aludido terreno)

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Area aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Salcete	Cotta	—	1	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Shri Joao Omata Barbosa)	520.00
		—	1A	Shri Boltazar de Silva, Benaulim (Father's name: Shri Antonio Modestino de Silva)	246.75
		—	2	— Do —	384.75
		—	2A	Shri Epifania Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Camolo Benjamin Fernandes)	159.00
		—	3	Shri Adozinha Antao, Chandor (Father's name: Shri Sabestiao Luis)	42.00
		—	4	— Do —	120.00
		—	5	Shri Zonotio Luis, Chandor (Father's name: Shri Antonio Remedias Luis)	134.50
		—	6	— Do —	315.00
		—	7	Shri Lino Antonio Fernandes (Father's name: Cleto Mariano Fernandes)	85.00
		—	8	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Shri Joao Omata Barbosa)	108.00
		—	9	— Do —	7.50
		—	10	Shri Teodoro Rebello, Chandor (Father's name: Shri Crisfina Rebello)	61.00
		—	11	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Shri Joao Omata Barbosa)	106.00

1	2	3	4	5	6
Salcete	Cotta	—	12	Comunidade of Chandor	68.00
		—	13	Shri Rosalina Carvalho (Father's name: Shri Antonio Joao Carvalho)	111.25
		—	14	Shri George Dias, Chandor (Mother's name: Smt. Filamina Azavedo)	31.25
		—	15	Shri Mario Rebello, Chandor (Mother's name: Smt. Antonieta Rebello)	46.25
		—	16	Shri Francisco Egidie Fernandes (Father's name: Vicentinho Fernandes)	78.50
		—	17	Shri Caridade Antao, Chandor (Father's name: Shri Tiago Antao Marido)	38.00
		—	18	Shri Aquino Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Victor Gabriel Fernandes)	41.00
		—	19	Shri Bravelho Carvalho, Chandor (Father's name: Shri Feleclano Carvalho)	46.00
		—	20	Shri Joju Antio, Chandor (Father's name: Shri Alfredo Antio)	40.95
		—	21	Shri Antonio Piedade Carvalho (Father's name: Shri Feleclano Carvalho)	50.95
		—	22	Shri Francisco Egidie Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Vicentinho Fernandes)	26.00
		—	23	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Shri Joao Omata Barbosa)	18.00
		—	24	Shri Victoria Rebello, Chandor (Mother's name: Smt. Josefino Rebello)	19.50
		—	25	Shri Gurudas Corongate, Chandor (Father's name: Shri Govinda Corangate)	26.00
		—	26	Shri Diago Manual Mascarnhas, Chandor (Father's name: Shri Pedro Mascarnhas)	11.00
		—	27	Shri Juberte Carvalho, Chandor (Father's name: Shri Levinho Carvalho)	38.70
		—	28	Shri Francisco Egidie Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Vicentinho Fernandes)	27.00
		—	29	Shri Miguel Carvelho, Chandor (Father's name: Shri Tama-cinha Carvelho, Chandor)	57.00
		—	30	Shri Carmelino Rebello, Chandor (Father's name: Shri Marcelo Rebello)	18.00
		—	31	Shri Herculano Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Eushidis Fernandes)	16.00
		—	32	Shri Mario Rebello, Chandor (Mother's name: Smt. Antonieta Rebello)	30.00
		—	33	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Shri Joao Omata Barbosa)	16.00
		—	34	Shri Zulema Antio, Chandor (Father's name: Shri Marianho D'Silva Marido)	53.00
		—	35	Shri Vicent Paulo Fernandes, Chandor (Mother's name: Smt. Angela Fernandes)	32.00
		—	36	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Shri Joao Omata Barbosa)	80.00
		—	37	Chapel of Chandor (St. Tiago)	218.75
		—	38	Smt. Mariata Carvelho, Chandor (Father's name: Shri Balduino Carvelho)	57.38
		—	39	Dr. Artano Furtado, Chandor (Father's name: Shri Ortucio Furtado)	13.50
		—	40	Dr. Joju Antao, Chandor (Father's name: Shri Alfredo Antao)	67.50
		—	41	Shri Sara Barbosa, Chandor (Father's name: Joao Omata Barbosa)	27.50
		—	42	Shri Marcelino Jose Dias (Father's name: Shri Conceicao Cardozo)	809.75
		—	43	Comunidade of Chandor	457.00
		—	44	— Do —	7.50
		—	45	Shri Epifania Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Carmilla Benjamin Fernandes)	477.00
		—	46	Shri Vicent Paulo Fernandes (Mother's name: Smt. Angela Fernandes)	34.50
		—	47	Shri Lino Antonio Fernandes (Father's name: Shri Cleto Marian Fernandes)	640.00
		—	48	Shri Baltazar De Silva, Benaulim (Father's name: Shri Antonio Modestino de Silva)	42.50
		—	49	Shri Joao Zema Carvelho, Chandor (Father's name: Shri Tamacinho Carvelho)	137.75
		—	50	Dr. Artano Furtado, Chandor (Father's name: Shri Ortucio Furtado)	120.00
		—	51	Shri Zaima Coto Cruz, Chandor	199.50
		—	52	Smt. Rosita Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Sipiao Fernandes)	52.00
		—	53	Chapel of Chandor (S. Tiago)	1615.00
		—	54	Shri Joju Antio, Chandor (Father's name: Shri Alfredo Antao)	52.50
		—	55	Smt. Zita Teles, Chandor (Father's name: Tiago Teles)	225.50

1	2	3	4	5	6
Salcete	Cotta	—	56	Chapel of Chandor (S. Tiago)	65.25
		—	57	Shri Sadanand Borkar, Chandor (Father's name: Shri Budu Borker)	41.00
		—	58	Comunidade of Chandor	25.00
		—	60	Shri Antonio Francisco Fernandes, Chandor (Father's name: Shri Jose Inacia Carvelho)	234.50
		—	61	Shri Joao De Deus Antao (Father's name: Alfredo Antao)	150.00
		—	61A	Dr. Arfano Furtado, Chandor (Father's name: Shri Ortuecio Furtado)	156.25
		—	62	Dr. Joju Antao, Chandor (Father's name: Shri Alfredo Antao)	187.00
		—	63	Shri Alberto Pereira, Chandor (Father's name: Shri Antonio Francisco Pereira)	24.75
		—	64	Fabrica de Igreja de Chandor	727.00
		—	65	Shri Bembo Fernandes (Father's name: Shri Anacio Fernandes)	200.00
		—	66	Shri Egidie de Silva, Chandor (Shri Etoira Bragança Mulher)	98.00
		—	67	Fabrica de Igreja de Chandor	1883.75
Quepem	Assolda	—	1	Shri Pandarinath Gosas Dessai (Father's name: Shri Bombal Pandarinath Gosas Dessai)	736.20
		—	2	Shri Ramesh Dessai, Assolda (Father's name: Shri Crishna Raut Dessai)	406.00
		—	3	Shri Sadashiv Raut Dessai, Assolda (Father's name: Shri Xamba Raut Dessai)	140.00
		—	4	Shri Devidas Assoldekar, Assolda (Father's name: Shri Vyonesh Ramachandra Sinai Assoldekar)	643.10
		—	5	Shri Sadashiv Raut Dessai, Assolda (Father's name: Shri Bastho Raut Dessai)	107.37
		—	6	Shri Babi Raut Dessai, Assolda (Father's name: Shri Pundalik Babu Raut Dessai)	60.30
		—	7	Shri Malopa Raut Dessai, Assolda (Father's name: Govind Malopa Raut Dessai)	36.60
		—	8	Shri Pondu Raut Dessai, Assolda (Father's name: Shri Vassu Raut Dessai)	30.16
		—	9	Shri Cuxali Raut Dessai, Assolda (Father's name: Shri Xamun Raut Dessai)	79.06
		—	10	Shri Vaman Sinai Xeldecar, Chandor (Goa) (Father's name: Shri Ganaba Raggi Sinai Xeldecar)	2867.25
		—	11	Shri Deo Shanta Durga Temple of Assolda	115.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

J. S. Pinto, Principal Engineer, PWD & Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt.

Panaji, 1st June, 1970.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

J. S. Pinto, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e secretário adicional, ex-officio do Governo.

Panagi, 1 de Junho de 1970.

Notification	Despacho
<p>PWD/LA/1258/12/70</p> <p>Whereas it appears to the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as the Lt. Governor) that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz for the rectification of curve at Kalwade on Margao-Polem Road.</p> <p>Therefore the Lt. Governor is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.</p> <p>2. The Lt. Governor is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. The Collector of Goa, Panaji. 2. The Deputy Collector South Sub-Division, Margao. 3. The Executive Engineer, Works Division VI, PWD, Margao. 4. The Superintending Engineer, Circle Office II, PWD, Panaji. <p>4. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the Deputy Collector, South Sub-Division, Margao for a period of 30 days from the date of publication of this Notification in the Government Gazette.</p>	<p>PWD/LA/1258/12/70</p> <p>Atendendo a que o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da rectificação da curva em Calvadém, da estrada Margão-Polém.</p> <p>O Governador-tenente torna público ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.</p> <p>2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, os seguintes oficiais para exercerem as funções especificadas no mesmo Act, em relação ao aludido terreno.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Collector de Goa, Panagi. 2. O Collector Adjunto da sub-divisão do sul, Margão. 3. O Engenheiro executivo da Secção de Obras VI, dos Serviços das Obras Públicas, Margão. 4. Engenheiro Superintendente, da Repartição do Circulo II, dos Serviços das Obras Públicas, Panagi. <p>4. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão, por período de 30 dias, contado da data da publicação deste despacho no <i>Boletim Oficial</i>.</p>

SCHEDULE — QUADRO
(Description of the said land) — (Descrição do aludido terreno)

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. metres
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro N.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Canacona	Canacona	1	—	Shri Maruthu Puto Naik of Canacona.	600.00
		2	—	Shri Maruthu Puto Naik of Canacona. Shri Babu Ragoba Naik Goankar. Shri Babu Govind Naik Goankar. Shri Dananjay Narayan Naik Goankar of Kalwade, Canacona.	3150.00
		3	---	Shri Shankar Ananth Shenvi, Canacona.	810.00
		4	---	Shri Mallikarjun Temple.	1740.00
		5	---	Shri Bhiku Esso Naik Goanker of Kanakona.	1140.00
		6	---	Shri Sadashiva Garba Naik Goanker of Canacona.	1560.00
Total					9000.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

J. S. Pinto, Principal Engineer, PWD & Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt.

Panaji, 2nd June, 1970.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

J. S. Pinto, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e secretário adicional, ex-officio do Governo.

Panaji, 2 de Junho de 1970.

Labour and Information Department

Notification

LID/224/70/543

In exercise of the powers conferred vide sub-section (1) of Section 20 of the Workmen's Compensation Act, 1923 (8 of 1923) as extended to the Union territory of Goa, Daman and Diu, the Lieutenant Governor, Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint the Labour Commissioner in the Government of Goa, Daman and Diu, at Panaji, as Commissioner for Workmen's Compensation for the whole area of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

This is issued in supersession of Government Notification No. LC/2/66 dated 30-9-1966.

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu.

D. N. Barua, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 8th June, 1970.

Public Health Department

Order

Y-2/70-GCP/1113

Subject: — Appointment to Class I and II posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the Union Public Service Commission — Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission Shri Ratnakar Bhatkar is temporarily appointed to the post of Assistant Professor in Pharmaceutical Chemistry in the Goa College of Pharmacy, Panaji carrying the scale of Rs. 570-30-600-35-670-EB-35-950. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:

The Union Public Service Commission has recommended that the initial pay may be fixed under the rules. Taking into account the previous service rendered by Shri Bhatkar in the post during his appointment on ad-hoc basis his initial pay is fixed at Rs. 670/- (Rupees six hundred and seventy only) per month from 5-2-1970. The next increment

Departamento de Trabalho e Informação

Despacho

LID/224/70/543

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 20.º do «Workmen's Compensation Act, 1923 (8 of 1923)» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu nomeia o Comissário de Trabalho do Governo de Goa, Damão e Diu, em Panaji, como Comissário, para os efeitos de compensação para os operários para toda a área do território da União de Goa, Damão e Diu.

A presente portaria substitui o despacho n.º LC/2/66, de 30 de Setembro de 1966.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

D. N. Barua, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 8 de Junho de 1970.

Departamento de Saúde Pública

Portaria

Y-2/70-GCP/1113

Assunto: — Nomeação para lugares de 1.ª e 2.ª classe do Quadro do Funcionalismo Civil de Goa, Damão e Diu, feitas de consulta com a Comissão de Serviço Público da União — Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. Ratnakar Bhatkar, é nomeado, temporariamente, professor assistente de química farmacêutica da Faculdade de Farmácia de Goa, em Panaji, com a escala de Rps. 570-30-600-35-670-EB-35-950. O seu vencimento inicial será fixado como a seguir se indica:

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Sr. Bhatkar, no mesmo lugar, durante o sua nomeação provisória, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 670/- (seiscentas e setenta rupias) por mês, a partir de 5 de Fe-

will be admissible on 1-7-1970. The pay fixation is provisional and subject to approval by the Government of India.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure Office Memorandum No. F.2(46)-E.III (A) 160 (Part II of 1966), dated 7-2-1968 as amended from time to time.

This issues with the concurrence of the Finance Department vide their U. O. No. Fin (E)/2335/70, dated 2-5-1970.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Damão e Diu.

S. R. Sawant, Under Secretary (Health).

Panaji, 2nd June, 1970.

Order

A-2/69-DHS/9606

On the recommendation of the Union Public Service Commission Shri Syed Ejaz Hussain is hereby temporarily appointed to the post of Psychologist, in the Directorate of Health Services with effect from 16-5-70 (F. N.) on a pay of Rs. 350/- (Rupees three hundred and fifty only) per month as recommended by the Union Public Service Commission on the terms and condition contained in the Government Memorandum No. A-2/69-DHS/9606, dated 2-12-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Sawant, Under Secretary (Health).

Panaji, 12th June, 1970.

vereiro de 1970. O próximo aumento será admissível em 1 de Julho de 1970. A fixação do vencimento é temporária e sujeita à aprovação do Governo da Índia.

A mesma fixação é feita no uso das faculdades conferidas por F.R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)-E-III (A) 160 (Part II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações sofridas periodicamente.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, dada por sua nota n.º Fin(E)2335/70, de 2 de Maio de 1970.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Sawant, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 2 de Junho de 1970.

Portaria

A-2/69-DHS/9606

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. Syed Ejaz Hussain, é nomeado, temporariamente, psicologista da Direcção dos Serviços de Saúde, a partir de 16 de Maio de 1970 (antes do meio-dia) com o vencimento mensal de Rps. 350/- (trezentas e cinquenta rupias), conforme a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, sujeito às condições constantes do memorando n.º A-2/69-DHS/9606, de 2 de Dezembro de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Sawant, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 12 de Junho de 1970.